



ACÓRDÃO Nº766/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11679/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – CBMAM.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Mauro Marcelo Lima Freire (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2783/2021-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM. Exercício de 2018.

Irregularidade. Revelia. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Mauro Marcelo Lima Freire**, Gestor do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM, referente ao exercício 2018;

10.2. Considerar revel o **Sr. Mauro Marcelo Lima Freire** conforme redação do art. 20, § 4º, da Lei n. 2.423/96;

10.3. Aplicar Multa ao **Sr. Mauro Marcelo Lima Freire** no valor de **R\$ 34.135,99** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e nove centavos) conforme descrição a seguir:

10.3.1. Com fundamento no art. 54, I, “a”, da Lei n. 2.423/96 c/c art. 308, I, “a”, do RI-TCE/AM no valor de R\$ 20.481,60 em virtude da não remessa de dados (competências de janeiro a dezembro de 2018) por meio do sistema e-Contas;

10.3.2. Com fundamento no art. 54, VI, da Lei n. 2.423/96 c/c art.



ACÓRDÃO Nº766/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

308, VI, do RI-TCE/AM no valor de R\$ 13.654,39 em razão das impropriedades descritas nos itens 2 a 6 da notificação n. 63/2021-DICAD.

Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor das multas, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Determinar à atual gestão do **Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas** que evite a ocorrência das falhas identificadas pela Comissão de Inspeção, sob pena de ocorrer a desaprovação de vindouras Contas;

10.5. Dar ciência do desfecho dos autos ao **Sr. Mauro Marcelo Lima Freire e à atual gestão** do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Agosto de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº766/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire
Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Presidente, em substituição

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição